

## O tratamento da valência verbal nos dicionários gerais do português

Eduardo Correa Soares<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

eduardo\_correa@pop.com.br

**Abstract.** *This work is part of the research project Bases teórico-metodológicas para um dicionário monolíngüe de espanhol como L2 para estudantes universitários brasileiros. The project studies meta-lexicographical theories in order to establish procedures to be adopted by lexicographers dedicated both to the teaching of Spanish in particular, and of Portuguese as a mother language. The aim of this paper is to evaluate the efficiency of the information concerning the verb valence in Portuguese native-speaker dictionaries. As a background, we adopt a theory of verb valence that distinguishes among obligatory, facultative and contextually facultative actants. Our evaluation of dictionaries take into consideration two parameters: a) whether the dictionary offers a coherent explication of the valence options, not only as a part of semantic comment of verbs, but also as part of the formal comment; b) whether the valence information is relevant for the dictionary user and easy to understand. Our preliminary results suggest that Brazilian user do not find sufficient information on verb valence in Portuguese dictionaries.*

**Resumo.** *Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa Bases teórico-metodológicas para um dicionário monolíngüe de espanhol como L2 para estudantes universitários brasileiros. Esse projeto estuda teorias meta-lexicográficas que dão conta de uma série de procedimentos que devem ser adotados pelo lexicógrafo voltado para o ensino não somente de língua espanhola, mas também de português como língua materna. O objetivo deste trabalho é avaliar a pertinência das informações referentes à valência em dicionários gerais de língua portuguesa. Como metodologia, empregaremos uma teoria de valência que distinga entre actantes obrigatórios, contextualmente facultativos e facultativos, articulada sob dois parâmetros: a) Uma explicação coerente das opções de valência, tanto descritas como parte fundamental do comentário semântico, quanto parte do comentário de forma. b) A relevância dessas informações e a capacidade de decodificá-las por parte do estudante de língua materna, ou seja, do português. Os estudos preliminares sugerem que usuário brasileiro não conta com muitos subsídios para extrair informações dessa natureza das obras lexicográficas gerais do português.*

**Palavras-chave:** lexicografia; sintaxe; língua portuguesa.

## 1. Introdução

O tratamento do padrão sintático verbal é um aspecto fundamental na elaboração de um dicionário. Essa parte da construção da microestrutura dos verbetes deve merecer especial atenção em termos tanto de descrição gramatical, quanto de elaboração material explicativo, não somente para aprendizes de língua estrangeira<sup>1</sup>, mas também para falantes nativos do português, pois existem questões da descrição<sup>2</sup>, do uso<sup>3</sup> e da doutrina<sup>4</sup> que permanecem obscuros e relegados. Assim, este trabalho se propõe a analisar o tratamento do comportamento sintático dos verbos no português nos

---

<sup>1</sup> Como foi salientado por Welker (2004, p. 138), um grande desenvolvimento foi experimentado “com o advento dos dicionários para aprendizes e dos dicionários de valência, ambos direcionados especialmente a estrangeiros que querem expressar-se na língua estudada”, ou seja, as pesquisas para a área da valência verbal na lexicografia se tornaram centrais na resolução de problemas de dicionários de aprendizes. Também no projeto em que foi desenvolvido este trabalho – *Bases teórico-metodológicas para um dicionário monolíngüe de espanhol como L2 para estudantes universitários brasileiros* – voltaram-se as atenções, primeiramente, para esses dicionários, na medida em que, conforme Jackson (2002, p. 84), “a learner may be engaged in the task of writing or preparing to speak, and they do not necessarily need to find an unknown word, but rather to discover how a known word may be used in the appropriate context: the dictionary is used as a aid to ‘encoding’ acceptable sentences and texts” [...], o que torna evidentemente necessária uma descrição precisa e didática das valências, ou seja, “how a word fits into grammatical structure” (*ibid*). Em seguida, pode ser observado que era imperiosa uma atenção maior a esse aspecto em dicionários gerais da língua portuguesa no que se refere à descrição e explicitação da real utilização das estruturas de complementação verbal.

<sup>2</sup> É fundamental que se descreva como se comportam certas unidades léxicas da língua, tendo em vista que, como afirma Chomsky (1965), a tendência das entradas lexicais é a idiosincrasia. Os dicionários, como locais onde o léxico pode manifestar suas particularidades (tendo em vista que, dentro de uma teoria gramatical, idiosincrasias são, na maior parte das vezes ocultadas, em razão da predominância da regularidade), devem descrever, exaustivamente, a utilização das construções particulares e gerais de cada entrada lexical, de modo que permita ao usuário tomar conhecimento de como determinada palavra pode ser empregada em seu contexto sintagmático.

<sup>3</sup> Segundo Coseriu (1980, p. 114), “O objeto próprio da descrição lingüística, entendida como descrição estrutural e funcional, é, justamente, a ‘língua funcional’ ou, repetindo mais uma vez: um só dialeto, considerado em determinado ‘nível’ e num determinado ‘estilo de língua’. Isto porque só no âmbito de tal tipo de língua, e não numa língua histórica considerada em sua plenitude, é que têm validade, de modo não ambíguo, as oposições estruturas e funções que se encontram numa tradição idiomática (...) A língua funcional tem, como já disse, a vantagem de ser a língua imediatamente ‘realizada’ nos discursos (ou ‘textos’) e de ser homogênea(...) Uma descrição ‘funcional-integral’(...) deverá de qualquer maneira tratar de conciliar a exigência da homogeneidade do objeto da descrição estrutural com a exigência de corresponder a um saber idiomático real.” Em outro trecho, apresenta-se que “a *norma* da língua contém tudo o que, no falar corresponde a uma língua funcional, é fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional: todo o fato que se diz e se entende ‘dessa maneira e não de outro modo’”(1980, p. 122).

<sup>4</sup> Segundo Jackson (2002, p. 82) “The concentration is on the dictionary as a reference manual. But ‘dictionaries must be faithful recorders of the language’ (*Chambers Preface*) (...) we argued for the dictionary as a linguistic description complementary to the grammar, the latter dealing with the general rules of sentence structure, and the former with the operation of individual lexical item as well as with the overall structure of the vocabulary of a language. (...) Within its size and scope a dictionary is a lexical description. It specifies the lexical items that the vocabulary contains;(...)it gives for each lexical item that it identifies a complete lexical account(...) that describes its idiosyncratic operation(Chapter 3). This is the sense in which a dictionary is expected to be a ‘faithful recorder’ of the language. The information that should be included is more or less given(Hudson 1988;Ibson 1991).”

principais dicionários semasiológicos monolíngües de que dispomos<sup>5</sup>. Nesse intento, discutir-se-á a existência ou não de uma teoria gramatical que subjaza a essas obras e de uma teoria de microestrutura abstrata<sup>6</sup> que explicita esse cálculo de maneira didática.

## 2. Descrição feita pela doutrina gramatical no Brasil

A doutrina gramatical brasileira, no que se refere à sintaxe, parece não ser confiável tanto do ponto de vista terminológico – em parte pela criação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1957) e o seu não aceite por parte de alguns estudiosos do idioma – quanto do ponto de vista conceitual, já que certas distinções não são feitas com precisão absoluta, o que é pré-requisito de uma teoria gramatical que sustente a descrição de uma língua e sua utilização para elaboração de um dicionário.

### 2.1 Dificuldades terminológicas

Depois de um longo período em que se divergia quanto às questões terminológicas da descrição gramatical, o Ministério da Educação propôs a unificação e a simplificação dos termos metalingüísticos – a NGB (1957) – que têm como objetivo:

“...a recomendação de V.Ex.a constante da Portaria Ministerial nº 152 – ‘uma terminologia simples, adequada e uniforme’ – bem como atender ao tríptico aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho: a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira.” (FERREIRA, 1976, p. 31)

Desde sua elaboração, a NGB (1957) unificou, de certa forma, a metalingüística no Brasil, na medida em que filólogos e lingüistas têm-na utilizado como referência para sua descrição e para críticas às suas propostas de simplificação.

Um primeiro problema que é discutido quanto a essas propostas trazidas pela NGB (1957), em termos de sintaxe, é a idéia de que o sujeito e predicado são os termos essenciais da oração<sup>7</sup>. Em Tesnière (1966), vê-se, porém, que o sujeito é analisado,

---

<sup>5</sup> Escolhemos os dois dicionários mais utilizados – Au (1986) e Hou (2001) – juntamente com um dicionário que dá ênfase à descrição valencial – DUPB (2002) – para tornar evidente que são recorrentes os tipos de exposição que são feitas quanto à valencia verbal em obras lexicográficas.

<sup>6</sup> Segundo Welker (2004, p. 108), “...dentro de cada tipo [*i.e.*, de microestrutura] deve haver padronização sim. Distingui-se *microestrutura concreta* de *microestrutura abstrata*. A concreta é aquela que se vê em determinado verbete, é a forma concreta em que as informações sobre o lema são dadas. A abstrata é aquele ‘programa constante de informação’ de que falava Rey-Debove: antes de se confeccionar o dicionário, elabora-se uma microestrutura abstrata, que, em seguida, será preenchida com os dados concretos.”

<sup>7</sup> Essa parece ser a concepção predominantemente aceita, tendo em vista que afirma-se, em Bechara (2003, p. 26), que “A oração, de modo geral, se compõe de dois termos essenciais: *sujeito* e *predicado*.” Apesar de que, em outra obra, Bechara (2006, p. 408), revê sua posição, afirmando “...nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração(...) embora a sua presença ao lado do verbo pessoal constitua o tipo mais freqüente.”; em Cunha & Cintra (2001, p. 122), que “São termos essenciais da oração o SUJEITO e o PREDICADO”; em Rocha Lima (2008, p. 234), ainda que com uma nomenclatura distinta (“termos básicos da oração”), que “Em sua estrutura básica, a oração consta de dois termos: *Sujeito* (...) *Predicado* (...), ou seja, preserva-se a mesma concepção; e, em Luft (2002, p. 45), que os “Termos *essenciais* da oração são o *sujeito* e o *predicado*.”

hierarquicamente, em um mesmo nível dos demais complementos verbais<sup>8</sup>, na medida em que o sujeito não é tão essencial como afirma a doutrina gramatical, mas antes semelhante a outros complementos que são exigidos ou não pelo verbo. Isso é comprovado, empiricamente, pela análise dos verbos impessoais, em um exemplo como *Novou ontem.*, pois o verbo da oração não exige esse complemento.

Em relação ao que as gramáticas tradicionais chamam de predicado, o escopo deste trabalho se restringe aos verbais, cujos verbos são chamados de significativos<sup>9</sup>. Dentro dessa idéia de predicação verbal, as gramáticas tradicionais dividem esses verbos em intransitivos e em transitivos. Estes são divididos, pela NGB (1957), em diretos e em indiretos, que selecionam objetos diretos e indiretos respectivamente como seus complementos (ou termos integrantes). Nesse aspecto, há divergências terminológicas entre os próprios gramáticos, pois a NGB (1957) indica como possibilidade de complementação somente essas duas estruturas. No entanto, em Rocha Lima (2008, p. 248-251), vê-se uma crítica a essa proposta. Propõe-se uma conseqüente subdivisão do objeto indireto em objeto indireto e em complemento relativo, que são estruturas sintaticamente diferentes, visto que é possível a pronomilização da primeira com os oblíquos *lhe/lhes* e, da segunda, com uma estrutura preposicionada com um pronome oblíquo tônico ocupando o núcleo do sintagma, como em *Gosto dela.*, em que *dela* substitui um complemento relativo. Além disso, pode-se observar, em alguns verbos, estruturas de complementação de natureza adverbial, o chamado complemento adverbial<sup>10</sup>, o que também é coerente para fazermos a análise de verbos como *por* que selecionam um argumento adverbial, por exemplo, na oração *Eu pus o livro aqui.*, que sem a estrutura adverbial *aqui* ficaria incompleta do ponto de vista sintático-semântico.

Todas essas nuances terminológicas – o que parece provar que a NGB não atingiu totalmente suas propostas – refletem-se no aspecto conceitual dos tipos de estruturas. Por isso, uma apreciação das questões conceituais que são definidas nas doutrinas gramaticais é necessária para um melhor entendimento do que ocorre na descrição sintática dos verbos no português.

## 2.2. Dificuldades conceituais

Há uma série de dificuldades sobre questões conceituais centrais na sintaxe, na doutrina tradicional, que estão ligadas à valência dos verbos. Como exemplo disso, no predicado verbal, que, conforme já explicitado, tem o seu núcleo subclassificado em transitivo e

---

<sup>8</sup> Segundo Lima (1998, p. 349), Tesnière (1966) estabelece que “A função sujeito é situada no mesmo nível que outros complementos da verbo, afastando-se assim das análises bipartidas da frase em sujeito e predicado”.

<sup>9</sup> Segundo Cunha & Cintra (2001, p. 135), “VERBOS SIGNIFICATIVOS são aqueles que trazem uma idéia nova ao sujeito”. Apesar de não utilizarem o mesmo termo, outras obras, como Bechara (2003, p. 30), Rocha Lima (2008, p. 238), Luft (2002, p. 52) e Kury (2006, p. 26), estabelecem esse tipo de verbo como Núcleo do Predicado Verbal.

<sup>10</sup> Segundo Kury (2006, p. 26), “COMPLEMENTO ADVERBIAL é o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial. É expresso por um advérbio, locução ou expressão adverbial.” Na mesma linha, cabe a consideração de Rocha Lima (2008, p. 252) de que esse tipo de complemento é “tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos.

intransitivo<sup>11</sup>, é difícil encontrar verbos que se distingam perfeitamente pelas definições dadas, pois o próprio exemplo da gramática de Cunha & Cintra (2001, p. 135) – *Sobe a névoa.* – é intransitivo nesse contexto, porém, em outros, seria transitivo direto, como em *O menino subiu o armário até o segundo andar.* Além disso, quando o verbo é classificado como transitivo, as possibilidades se ampliam e, por consequência, as dificuldades da descrição também. Um verbo transitivo pode ter como argumentos: a) um objeto direto, que, em termos de definição conceitual, na doutrina gramatical do português, é o termo alçado a sujeito na voz passiva e que pode ser substituído pelos pronomes do caso acusativo *o, a, os e as.* Embora se tenha tentado alguns critérios do ponto de vista semântico, a função de objeto direto parece ter diferentes interpretações semânticas que não resistem a uma comprovação empírica<sup>12</sup>. Além disso, não se explica muito bem quais são os contextos em que ele pode ser elidido, deixando o verbo em estado absoluto, e em que, quando elidido, troca o seu significado. b) um objeto indireto, que deve ser entendido, segundo algumas gramáticas, ao contrário do que propõe a NGB, em sentido estrito, ou seja, um termo de natureza preposicional que designa o beneficiário da noção verbal. Essa estrutura pode ser substituída pelos pronomes *lhe e lhes,* o que *lhe* confere grande diferença formal em relação ao complemento relativo. c) um complemento relativo, que, segundo Rocha Lima (2008, p. 251), “é o complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*), integra, com o valor de *objeto direto* [grifo no original], a predicação de um verbo de significação relativa”. Essa é uma definição um tanto vaga, que não explicita muito bem o porquê da preposição e de que modo ela vincula o verbo ao nome. Essa vagueza conceitual<sup>13</sup> imprime grandes dificuldades para o registro do correto

---

<sup>11</sup> Cunha & Cintra (2001, p. 135) afirmam que, nos verbos Intransitivos, “a ação está integralmente contida nas formas verbais” e que os verbos Transitivos “exigem certos termos para completar-lhes o significado. Como o processo verbal não está integralmente contido nelas, mas se transmite a outros elementos”. Pode-se perceber que essa idéia é recorrente em outras obras, como em Bechara (2006, p. 419), que afirma que “Esses outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, (...) se chamam *argumentos* ou *complementos verbais*. Os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de *transitivos*(...) Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concertas não necessitam de outros signos léxicos(...) A tradição gramatical chama *intransitivos* a tais verbos.”

<sup>12</sup> Conforme Rocha Lima (2008, p. 243), “O objeto direto indica: a) o ser sobre o qual recai a ação;(…) b) o resultado da ação; (...) c) o conteúdo ação.”. No entanto, em uma oração como *Presenteei João com um carro.*, há um Objeto Direto – *João* – que indica um beneficiário da ação verbal, o que não foi descrito pelo gramático.

<sup>13</sup> Conforme Bechara (2006, p. 419), “O predicado complexo também pode conter verbo cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica, que exige outro tipo de signo léxico que delimite e especifique a experiência comunicada, à semelhança do (...) complemento direto. A diferença é que neste segundo caso o determinante do predicado complexo vem introduzido por preposição; (...) A preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical. A escolha de qual preposição deva introduzir este complemento relativo depende da norma estabelecida pela tradição(...) O signo léxico que representa o complemento relativo é comutável pelos pronomes pessoais tônicos *ele, ela, eles, elas,* introduzidos pela respectiva preposição.” Vê-se que ainda se está especulando a natureza do complemento relativo, pois as informações que nos traz Bechara (2006) são semelhantes às trazidas por Rocha Lima (2008), com a particularidade de confundi-lo com o Complemento Adverbial – termo de natureza distinta, como já vimos – como vê-se em “Porque delimitam a extensão semântica do signo

padrão sintático dos verbos que se complementam por essa estrutura. d) um complemento adverbial (circunstancial) que pode, facilmente, ser confundido tanto com um complemento relativo, quanto com um adjunto adverbial. É certo, por outro lado, que existem estruturas prototípicas que devem ser utilizadas para se elaborar um critério de classificação para esse tipo de estrutura, como em *Elas vão ao baile*. em que o seguimento preposicionado que indica destino/lugar, portanto de natureza adverbial, completa o sentido do verbo a que se adjunge.

### 2.3. Tentativa de uma nova abordagem: proposta feita por Borba (1996)

Em Borba (1996), tem-se uma proposta de tratamento do padrão sintático de uma perspectiva completamente diferente, que foi aplicada na elaboração de um dicionário. Para tanto, estabelece-se o método de análise partindo da “referência que todo o signo lingüístico tem. (...) A partir daí indentifica-se o número de *casas vazias* que comporta a unidade na função de predicado.” (1996, p.13), ou seja, o método de análise parte de uma terceira concepção de valência - a lógica – para as demais. Dessa forma, Borba (1996, p. 20) estabelece valência em três níveis:

“1º Valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica – Nível mais geral e abstrato que diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter. (...) 2º Valência qualitativa, valência sintática ou morfossintática – Trata das características dos actantes, do preenchimento das *casas vazias* por determinadas propriedades morfológicas (...) 3º Valência semântica – É deduzida da observação das regularidades ou compatibilidades das unidades que operam nas seqüências. Diz respeito às características categoriais (...); às funções temáticas (=papéis) (...) e às restrições seletivas que determinam quais classes/subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/subclasses de itens que, por sua vez, preenchem os argumentos” (BORBA, 1996, p. 20)

Partindo desses pressupostos, opera-se com o predicado como núcleo básico da comunicação em torno do qual se estabelecem, nas suas *casas vazias*, dois constituintes básicos, sujeito e complemento. O sujeito é tanto “o ponto de apoio ou de referência, ou, então, sua localização [*i.e.* a localização do predicado] ou suporte.”, quanto a “função que, num esquema oracional do tipo SN + sintagma verbal, não faz parte da estrutura interna do sintagma verbal” (Borba, 1996: p. 13). O complemento é o constituinte que “(conclui, [*sc.* ou] acaba) semanticamente a oração, sendo o constituinte que faz parte da estrutura interna do sintagma verbal” (*ibid*).

### 3. Descrição da valência em dicionários gerais de língua portuguesa

Com essa proposta, que apresenta uma nova visão para questões fundamentais da descrição sintática, progrediu-se muito. A análise que se propõe, neste trabalho, baseia-se em uma idéia de valências complementar às concepções de Borba (1996). Estabelece-se, então, uma distinção entre: a) actantes obrigatórios, que são os que devem aparecer

---

léxico do predicado complexo, incluem-se como complemento relativo os argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais” (2006, p. 421).

para que a oração seja gramatical<sup>14</sup>; b) actantes contextualmente facultativos, que não se realizam em determinados contextos os quais são estabelecidos por certas condições específicas<sup>15</sup>; c) actantes facultativos, cuja explicitação parece ser opcional. Essa distinção será avaliada a partir da análise de dados concretos da língua em sua utilização na internet<sup>16</sup>. O objetivo, com isso, é estabelecer se os usos sintáticos descritos nos dicionários correspondem à norma real do português brasileiro. Além disso, complementando essa análise da descrição, merece uma especial atenção o estabelecimento ou não de uma microestrutura abstrata que privilegie o aspecto didático com que essas informações são explicitadas, pois, muitas vezes, parece não haver uma preocupação com esse aspecto. No verbete *admirar*, por exemplo, de Au (1986):

**admirar** *V.t.d.* **1.** Olhar ou considerar com admiração, espanto, assombro: “*Milkau ficou um momento admirando os movimentos espertos e juvenis do ancião*”(Graça Aranha, *Canaã*, p. 259) **2.** Experimentar sentimento de admiração (3 e 4) por: “*Ninguém se fartava de o elogiar. Admiravam-lhe as maneiras e a inteligência.*”(Machado de Assis, *Histórias da meia noite*, p. 29) **3.** Causar admiração, surpresa, espanto, ou assombro, etc., a: “*Tudo, quando passo,/ olha-me e suspira./ -Será meu compasso/ que tanto os admira?*”(Cecília Meireles, *Obra poética*, p. 139) **4.** Extasiar-se diante de. *Int.* **5.** Causar admiração, surpresa, espanto, ou assombro, etc.: *Não admira que ela o tenha escolhido: é um rapaz de grandes qualidades; (...)* **7.** Ter ou sentir admiração a si mesmo. **8.** Ter ou sentir admiração recíproca: “*João Ribeiro e Rui Barbosa foram amigos e se admiravam mutuamente.*” (Joaquim Ribeiro, *Rui Barbosa e Joaquim Ribeiro*, p. 23)

**Figura 1. Verbetes de Au (1986)**

nota-se, primeiramente, o excesso de acepções devido a diferentes marcações sintáticas, como é o caso das acepções 3 e 5, que juntas poderiam ser somente uma acepção com a marcação do objeto indireto<sup>17</sup> que nesse caso é contextualmente facultativo – condicionado pela indicação de que seu não aparecimento denote *a qualquer um* – como podemos ver pela sua utilização em estado absoluto em 5. Do mesmo modo, as acepções 1, 2, 4, 7 e 8 poderiam estar também contidas em uma mesma acepção, visto que, nos exemplos, os verbos possuem as mesmas acepções e a mesma valência, ainda que 7 e 8 apresentem o verbo na forma reflexiva, o que talvez gere a confusão. Esse excesso de acepções prejudica a facilidade de leitura e dificulta a compreensão por parte do usuário, o que evidencia a falta de preocupação didática e de utilização de uma microestrutura abstrata, além de, em certos casos, evidenciar a falta de compreensão das

<sup>14</sup> Dentro da idéia de que gramática “tem a ver com o conhecimento que o falante tem de sua língua materna” (Miotto, 2005, p. 20), a idéia de *gramaticalidade* para Chomsky está ligada ao reconhecimento ou não de pertencimento de uma sentença a uma língua por parte de um falante nativo.

<sup>15</sup> Nesse trabalho, estabeleceremos essas condições a partir das regularidades que se estabelecem nos dados disponíveis pelo corpus utilizado – sites disponíveis na internet.

<sup>16</sup> Empregamos a internet como corpus, já que carecemos de um corpus constituído para fazer descrições do português brasileiro. Embora, em um passado recente, a internet foi chamado de “corpus sujo”, paulatinamente se reconhece o seu valor como instrumento de amostra da língua portuguesa.

<sup>17</sup> O exemplo utilizado na acepção 3 é uma utilização artificial da valência de *admirar*, visto que é adjungido um pronome do caso acusativo para designar o beneficiário da ação verbal, em que claramente – e regularmente explicitado no corpus – é utilizado um objeto indireto, na medida que é impossível seu alçamento a sujeito em uma transformação em forma passiva. Portanto, isso é um outro problema que traz o dicionário: pelo fato de apresentar exemplos da literatura, às vezes, traz exemplos artificiais que não correspondem à norma real. Esse problema gera uma marcação sintática errada, pois a análise desse exemplo indicaria um *V.t.d.*, o que não corresponde ao uso desse verbo no português, que utiliza um objeto indireto para a sua complementação.

estruturas sintático-semânticas dos verbos por parte do lexicógrafo. Note-se, também, o comentário semântico das acepções 2 e 4, que indicam o objeto direto com uma estrutura preposicional – *causar surpresa (...) por* e *extasiar-se diante de* –, ou seja, o comentário semântico dificulta ao consulente a correta interpretação do padrão sintático do verbo. Além disso, a acepção 2 traz um exemplo de uma oração que apresenta o pronome *lhe* com a função de adjunto adnominal, que poderia ser confundido com um objeto indireto. Ocorrem situações semelhantes em Hou (2001), como se pode ver em:

**admirar** ■ *verbo transitivo direto 1* contemplar ou considerar (alguém ou algo) com grande prazer, deleite, interesse etc.Ex.: <era uma bela moça, todos a admiravam> <admiravam o quadro com incedível satisfação> **transitivo direto e pronominal 2** ter(-se) em alta conta, considerar (alguém, algo ou a si mesmo) com respeito, veneração Ex.: <admirava a estatura moral do escritor> <admirava a sua obra poética> < vaidoso, o ator admirava-se diante do espelho> **transitivo direto e pronominal 3** experimentar ou ficar dominado por sentimento de assombro, de estranheza diante de algo que se desconhece ou que não se espera Ex.: <limitava-se a a. aquela situação grotesca> <admirou-se com a incrível façanha do contorcionista> **transitivo indireto e intransitivo 3.1** causar (algo) espanto, assombro em (alguém); espantar, surpreender Ex.: <admira aos pais o comportamento precoce dos filhos> <não admira que ela prefira o mais rico> **pronominal 4** sentir admiração mútua Ex.: admiravam-se um ao outro

**Figura 2. Verbetes de Hou (2001)**

Novamente, pode-se reduzir 1 e 2 a uma só acepção. Na acepção 3, que, no que diz respeito ao comentário semântico, poderia ser reduzida junto com 1 e 2 e, no que diz respeito a exemplificação, vêm-se dois exemplos de natureza distinta: o primeiro poderia, facilmente, ser integrado às duas primeiras acepções; o segundo é pronominal, no entanto traz um complemento de natureza preposicional – *com a incrível façanha do contorcionista* – que não é marcado. A acepção 3.1, também, está marcada sintaticamente de modo incompleto, pois, como podemos ver pelo exemplo, essa acepção do verbo possui, como já explicitado, um objeto indireto contextualmente facultativo. Em DUPB (2002), observa-se o mesmo verbete:

**admirar** V \* [Ação-processo] [+Compl: nome humano] **1** causar admiração, espanto ou estranheza: *O que me admirava era a rapidez em que tudo ocorrera* (CCA); *Não admirava que eles choquem as pessoas estranhas* (MAN) \* [Ação] [Compl: nome concreto] **2** olhar ou examinar com admiração, espanto ou respeito: *As meninas admiram em silêncio as velhas* (CE); *Floripes admirava a bengala procurando decifrar os dizeres do castão de ouro* (MP) [Compl: nome abstrato] **3** apreciar: *Sussuca admira em Zuleica a beleza, a vivacidade* (MRF) \* [Processo.Pronominal] [Compl: del/com+ nome ou oração] **4** surpreender-se; espantar-se: *Um transeunte admirou-se do berro* (AM); *À mesa, papai se admirava com meus entusiasmos* (MPB); *E não se admirem se for eu que fizer ele entrar na igreja* (PP) \* **5** ter admiração por: *Como bom romântico [...] Benjamin Constant admira a Inglaterra* (DC); *Tio Tales admirava o militarismo alemão* (CF); *Você que sempre admirou tanto Eduardo* (SOR)

**Figura 3. Verbetes de DUPB (2002)**

Primeiramente, vê-se que a acepção 5 não possui comentário de forma (falta a marcação do objeto direto) e que os dois primeiros exemplos poderiam ser integrados à acepção 3 e o último à acepção 2. Entretanto, o grande problema de DUPB (2002) é não marcar, no comentário de forma, o sujeito, pois o verbo *admirar* possui um comportamento singular em relação a essa estrutura, na medida em que, quando é completado por um nome humano experienciador, seleciona, como sujeito, o paciente da ação verbal e, quando é completado pelo paciente, seleciona um sujeito agente. Além disso, o fato de, na primeira acepção, a facultatividade do complemento marcado não ser

indicada torna difícil uma correta compreensão da capacidade de combinação desse verbo.

Em outro verbo analisado – *transformar* – Au (1986) apresenta o seguinte verbete:

**transformar** *V.t.d.* **1.** Dar nova forma, feição ou caráter a; tornar diferente do que era; mudar, alterar, modificar, transfigurar, metamorfosear: *Em 15 dias transformou o ambiente que encontrara.* **2.** Disfarçar, dissimular. *T.d. e i.* **3.** Converter, mudar, transfigurar: *A indiferença transformara em ódio o amor. P.* **4.** Converter-se, transfigurar-se: *“A dívida transformara-se em certeza./ A certeza em vontade de morrer.”* (Dante Milano, *Poesias*, p. 18) **5.** Disfarçar-se, Dissimular-se: *transformou-se em pedinte para poder escapar.*

**Figura 4. Verbetes de Au (1986)**

Um primeiro problema que se pode apontar é a vagueza da acepção 2 que não traz exemplos, apenas dois supostos sinônimos do verbo definido. A acepção 1 tampouco é marcada com a opção de reflexivização, opção perfeitamente possível em uma oração como *João transformou-se radicalmente*. As acepções 3, 4 e 5 são formalmente e semanticamente reduzíveis a uma com a opção da reflexivização. Em Hou (2002), novamente, ocorrem problemas semelhantes:

**transformar** ■ *verbo transitivo direto e pronominal* **1** fazer tomar ou tomar nova feição ou caráter; alterar(-se), modificar(-se) Ex.: <as más companhias transformaram-no> <a sala transformou-se com o novo arranjo dos móveis> **bitransitivo e pronominal** **2** fazer passar ou passar de um estado ou condição a outro; converter(-se), transfigurar(-se) Ex.: <a instituição transforma meninos de rua em indivíduos produtivos e responsáveis> <a lagarta transforma-se em borboleta> **pronominal** **3** passar por outra pessoa, fazendo uso de disfarces; disfarçar-se, dissimular-se Ex.: o jornalista transformou-se num mendigo, para fazer sua pesquisa **bitransitivo** **4** Rubrica: gramática. mudar mediante transformação Ex.: <t. uma estrutura profunda em estrutura superficial> <t. uma frase afirmativa numa negativa>

**Figura 5. Verbetes de Hou (2002)**

Nota-se que as acepções 2, 3 e 4 podem ser reduzidas somente a uma, com a marcação sintática da acepção 2, como ocorre com Au (1986). A marcação sintática dessas acepções, no entanto, torna evidente que essas obras parecem se basear em uma doutrina própria, pois a estrutura preposicionada – que é vista como um predicativo nas gramáticas tradicionais – nos dicionários, é marcada como objeto indireto. Parece, portanto, que essa doutrina prescinde da tradicional, que, aliás, tampouco oferece subsídios completamente satisfatórios, como comentado nos parágrafos anteriores. Em DUPB (2002), apesar de ter sido elaborada uma teoria de descrição gramatical que foi utilizada para a elaboração do dicionário, ela, em alguns aspectos, se assemelha à doutrina tradicional, denominando, por exemplo, um dos complementos verbais como predicativo, como se vê em:

**transformar** *V \** [Ação-processo] [Compl:nome] **1** tornar diferente; modificar: *Um homem verdadeiramente digno transformará o meio em que vive* (TV); *Certas coisas tem o poder de nos transformar* (M) [Compl:nome+predicativo] **2** converter; tornar: *Dr. Germano transformou em suave alegria a expressão do rosto* (AM); *é impossível transformar um jornalista impaciente num militar* (TA-O) \* [Processo.Pronominal] **3** assumir novo aspecto; alterar-se: *Marga tinha o dom de se transformar quando o via* (BH); *transformou-se então o ambiente do rancho* (CAS) [Compl:predicativo] **4** converter-se; transfigurar-se: *os gafanhotos deixam seus ovos, que depois se transformam em outros gafanhotos* (GT); *os menores sons se transformam em monstruosos ruídos* (CCA)

**Figura 6. Verbetes de DUPB (2002)**

O constituinte de natureza preposicional, nesse caso, parece ser um complemento regido pela preposição, e não um predicativo. Além disso, a teoria da tipologia verbal que o dicionário utiliza, cria para esse verbete duas acepções – 3 e 4 – que poderiam estar incluídas dentro de outras – 1 e 2, respectivamente – com a opção da reflexivização.

No verbete *rondar*, em Au (1986), tem-se:

**rondar** V.t.d. **1.** Fazer ronda a; andar vigiando: *A patrulha rondou toda a cidade.* **2.** Andar à volta de; rodear: *As tropas rondaram o lamaçal; “As galinhas rondavam a casa, voavam para os ramos baixos, trepavam aos mais altos, escondiam-se entre as folhas.”*(Coelho Neto, *Trevas*, p. 322) **3.** Manter sob observação ou vigilância; vigiar, espreitar, observar: *Antes do assalto o marginal foi visto rondando a casa milionária.* (...) *Int.* **6.** Fazer ronda: *A patrulha passou a noite rondando.* **7.** Passear, vigiando, observando: *O detetive saiu para rondar.* **8.** Andar à volta: *O cão, enraivecido, rondou longo tempo.* (...)

**Figura 7. Verbetes de Au (1986)**

É possível apontar, novamente, o excesso de acepções devido às marcas sintáticas variadas, como é o caso da diferenciação das acepções 6 e 7 para 1, e da acepção 8 para 2. Isso gera, também, a dificuldade do consulente em perceber que há certas estruturas de complementação desse verbo que são contextualmente facultativas e podem ser apagadas de acordo com o contexto lingüístico em que o verbo é empregado, pois ele pode ser utilizado em estado absoluto quando estiver adjungido um complemento de natureza adverbial de tempo, como nos exemplos das acepções 6 e 8<sup>18</sup>. Entretanto, o que se sobressai nesse verbete é o comentário semântico, que parafraseia o verbo colocando o objeto direto do verbo definido como um complemento preposicionado da paráfrase – *Fazer ronda a* e *Andar à volta de*. Esse tipo de definição gera dificuldades enormes para o consulente, que precisa de uma capacidade extremamente apurada de percepção para converter a estrutura da paráfrase em um enunciado com o correto padrão sintático. Com Hou (2002), no mesmo verbete, ocorre uma confusão decorrente das dificuldades terminológicas e conceituais da doutrina gramatical em que, em parte, baseia-se, como se pode observar em:

**rondar** ■ *verbo transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo* **1** realizar ronda (a); vigiar percorrendo Ex.: <soldados que rondam o forte> <os seguranças rondam por toda a fábrica> <sentinela que ronda durante a noite> **transitivo direto** **2** observar ocultamente; manter sob vigilância; espreitar, vigiar Ex.: os assaltantes rondavam o banco **transitivo direto** **3** andar ao redor de; passar em torno de; circundar, rodear, voltear Ex.: namorados que rondam a praça **transitivo indireto e intransitivo** **4** andar sem destino (em); perambular, vaguear Ex.: enristecido, saía a r. (pelas ruas), a olhar as casas e as pessoas **transitivo direto** **5** Derivação: sentido figurado. estar junto de; aproximar-se de Ex.: o medo rondava seus pensamentos **transitivo direto** **6** Derivação: sentido figurado. contar cerca de; beirar Ex.: ronda já os 60 anos (...)

**Figura 8. Verbetes de Hou (2002)**

São apontadas três opções de valência para a primeira acepção do verbo: a) com complementação direta, que é evidente pelo primeiro exemplo; b) com complementação indireta, que parece estar exemplificada pelo segundo exemplo – que, na verdade, deveria pertencer à acepção 4 – o qual, no entanto, se analisado com maior atenção, é classificado como com complementação adverbial, pois tem nele implicado a noção

<sup>18</sup> Os dados coletados no corpus sugerem esse comportamento.

locativa; c) intransitivo, que parece, ao que sugerem os dados, estar condicionado a uma estrutura de complementação de natureza adverbial de tempo ou de lugar, que, no entanto, não é marcada. As paráfrases de Hou (2002), a exemplo de Au (1986), são também um desafio de interpretação para o consulente, pois coloca também o objeto direto do verbo definido como uma estrutura preposicionada na paráfrase. Novamente, há, também, um excesso de acepções despropositado, pois a acepção 2 poderia estar contida na 1 e a acepção 3, na 4. Em DUPB (2002), evidencia-se, no mesmo verbete:

**rondar** V \* [Ação] [Compl:nome] 1 inspecionar; fiscalizar: *o Cabo Luís começou a rondar a sapataria* (SD); *A polícia rondava a praça* (PP) 2 aproximar-se; rodear: *Depois comecei a rondar as portas do Ministério para matar as saudades* (I); *Uma mosca rondava os vidros num vôo pesado* (CP) 3 vigiar, com a intenção de atacar: *o Diabo está a todo momento a nos rondar os passos* (OSA); *Uma onça rondava os pousos dos bandeirantes* (JK-O) 4 percorrer: *rondou os clubes suspeitos* (CE) [+Compl de lugar] 5 andar em volta, espreitando: *eu, menina, rondava pela sala querendo escutar as conversas* (ASA) 6 perambular; andar a esmo; vagar: *A gente de primeira classe matava o tempo rondando no convés* (MEC); *Os bois ainda rondavam no curral* (CA); *Rondei vagamente sob a chuva* (B) \* [Estado] [Compl:nome abstrato] 7 estar perto: *ela rondava os 60 [anos]* (GT) [+ Compl:nome concreto] 8 estar próximo: *O perigo ronda o lar* (FA); *uma ameaça mais séria rondava Sílvia* (MAR) [+ Compl de lugar] 9 existir: *Havia naqueles olhos, onde rondava uma antiga angústia, a mesma afinidade escondida* (ROM)

**Figura 9. Verbetes de DUPB (2002)**

primeiramente, que o segundo exemplo da acepção três, pertence à acepção 2, enquanto a acepção 4 deveria pertencer a acepção 1. Pode-se salientar também que o complemento de lugar indicado como facultativo é apontado como independente do contexto; no entanto ele é facultativo contextual, na medida em que estabelece condições para que possa ser elidido. Esse problema é decorrente da metodologia aplicada ao dicionário e explicitada em Borba (1996), que não distingue contextos em que um constituinte pode ser elidido e outro é adjungido em uma mesma acepção, pois encara isso como um fenômeno de superfície (conforme Borba, 1996: p. 68).

Assim, diante da análise da descrição dos aspectos sintáticos em obras lexicográficas, vê-se que essa exposição não é coerente com a utilização real das opções de valência, tanto no comentário de forma, que acaba simplificando demais a descrição e, às vezes, falseando-a, quanto no comentário semântico, que é indecifrável para o usuário comum dessas obras. Evidentemente, faz-se necessária uma nova proposta, que seja coerente e de acordo com a utilização real, e didática a ponto de oferecer uma descrição simples e precisa, para a correta utilização do padrão sintático dos verbos.

#### **4. Considerações finais**

Evidencia-se, na análise feita sobre os dicionários, não haver uma teoria gramatical para basear a descrição de fatos sintáticos nessas obras. A doutrina tradicional, tampouco, oferece clareza terminológica e conceitual para basear o tratamento de fatos de norma ideal e real quanto à sintaxe. Observa-se, também, que as principais dificuldades para a descrição do comportamento sintático dos verbos são: a) a carência de uma diferenciação conceitual e terminológica de estruturas formalmente análogas; b) a falta de uma diferenciação clara entre quais estruturas são essenciais e quais são facultativas, assim como, quais são as condições da sua facultatividade; c) a falta de subsídios que permitam uma descrição que seja feita a partir da norma real dos verbos no português, a ser obtida de textos não-literários. É urgente, também, a elaboração de uma

microestrutura abstrata cuja formalização didática permita ao usuário – que pode não ter um conhecimento de especialista – entender e calcular o comportamento sintático dos verbos. Levando em conta isso, torna-se evidente que essas obras são insuficientes na descrição e na explicitação do comportamento sintático dos verbos. Dessa forma, pode-se concluir que elas não oferecem respostas para questões da descrição, do uso e da doutrina do padrão sintático dos verbos, o que mostra a necessidade de uma nova proposta para a descrição e para a elaboração desse tipo de informações na microestrutura do dicionário.

## 5. Bibliografia

ANDRADE, V. da S. R. Teoria das valências: plano de estrutura verbal. In: **Anais do Seminário do Gel**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 353-358

(Au) FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

\_\_\_\_\_. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BORBA, F. da S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: UNESP, 2003.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Almedina, 1965.

COSERIU, E. **Elementos de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

(DUPB) BORBA, F. da S. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2001

FERREIRA, D. G. **Análise Sintática**. Belo Horizonte: Bernardo Alves, 1976.

Hou HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Ed. Objetiva Ltda. 2001.

JACKSON, H. **Lexicography: an introduction**. Cambridge: CUP, 2002.

KURY, G. **Novas lições de português pela análise sintática**. São Paulo: Ática, 2006.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática do Português**. Porto Alegre: Globo, 2002

LIMA, W. F. **Origem da teoria das valências: avanços e limites**. In: Gel. Seminário (45.: 1997 : Campinas). Anais ... São Paulo: UNESP, 1998. (p. 348-352)

MIOTO, C. et al. **Novo manual de sintaxe**. Santa Catarina: Insular, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008

SILVA, A. S. Teoria das valências: a valência sintática. In: **Anais do Seminário do Gel**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 359-363.

TESNIÈRE, L. **Éléments de Syntaxe Structurale**. Klincksieck, 1966.

VILELA, M. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Almedina, 1979.

WELKER, H. A. **Pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

\_\_\_\_\_. A valência verbal em três dicionários brasileiros. **Linguagem & Ensino**. V 8/1. Pelotas: 2005. (p. 74-100)